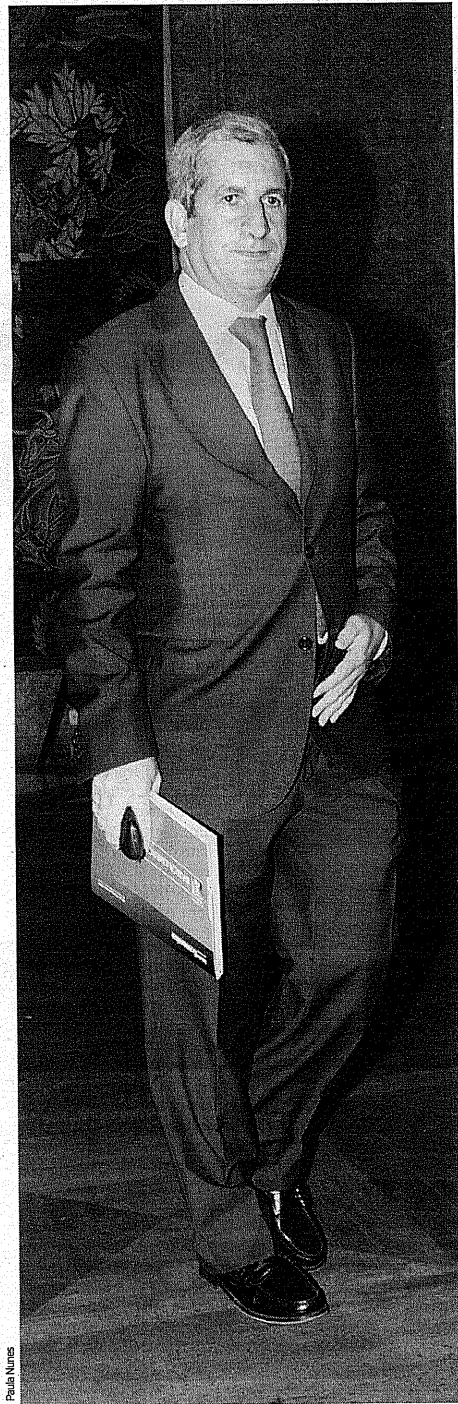


**Amorim diminui posição no Popular**

■ Segundo o site da CNMV, congénere da CMVM para o mercado espanhol, Américo Amorim diminuiu a participação que detém no Banco Popular de 6,708% para os 6,667%. Esta diminuição deu-se através da venda de 500 mil ações.

CMVM promove criação de 'business angels'

EQUIPARAÇÃO FISCAL AOS FUNDOS e sociedades de capital de risco garante benefícios, cujo impacto já é, no entanto, questionado por operadores do sector.



Gilda Sousa
gsousa@economicasps.com

A figura do 'business angel' (BA) - o investidor individual com dinheiro, tempo e competências para 'apadrinhar' o nascimento de negócios promissores - terá, em breve, existência legal em Portugal e acesso aos mesmos benefícios fiscais das sociedades e fundos de capital de risco. Isto, se a proposta de alteração do enquadramento fiscal e legal do capital de risco elaborada pela Comissão de Mercados de Valores Mobiliários (CMVM) vier a ser aprovada.

Ainda em fase de consulta pública, o documento tem a criação da figura dos Investidores em Capital de Risco (ICR) como uma das principais novidades. Carlos Tavares, presidente da CMVM, retoma assim algumas das ideias que defendeu enquanto ministro da Economia e alinha com o actual Governo no fomento do empreendedorismo, um domínio marcado pela falta de financiadores. "Os ICR devem assumir a for-

ma de sociedade unipessoal por quotas, de forma a poder distinguir-se o património afecto ao capital de risco face ao restante património pessoal do investidor em causa, tendo em conta, designadamente, o possível usufruto dos benefícios fiscais associados ao capital de risco", refere a proposta. A entidade de supervisão liderada por Carlos Tavares propõe ainda a alteração do estatuto dos Benefícios Fiscais para "equiparar o regime fiscal dos ICR ao das SCR e dos FCR". A ser aprovado pelas Finanças, o enqua-

A figura dos Investidores em Capital de Risco (ICR) obriga à constituição de uma sociedade por quotas e ao registo junto da CMVM.

dramento garante a isenção de IRC sobre rendimentos obtidos pela sociedade, sendo os rendimentos distribuídos ao sócio e as mais valias resultantes da venda da sociedade por quotas tributadas por retenção na fonte à taxa de 10%, quando a opção for pelo não englobamento.

Francisco Banha, presidente da Gesventure e Mário Pinto, presidente da Associação Portuguesa de Capital de Risco (APCRI) consideram que o regime fiscal pode fomentar a actividades deste tipo de operadores. No entanto, Mário Pinto, tal como o 'business angel' Paulo Andrez sublinham que o impacto só será significativo, se houver benefícios razoáveis no plano do IRS. Paulo Andrez sugere que o ideal seria que 25% do capital investido pelo BA pudesse ser abatido ao rendimento de IRS desde o primeiro ano de actividade. "Só com esta forma de crédito de imposto se pode incentivar investimentos com algum risco e compensar os custos associados ao registo obrigatório do ICR na CMVM". ■

BA fazem clubes e federação, mas poucos negócios

■ Aos 18 anos foi para Londres e levou catálogos de materiais de construção e de jardinagem portugueses. Afirmou-se como exportador. De regresso a Portugal e à universidade criou uma das empresas que, em 2000, daria origem à Novabase. Duas décadas depois, saiu da empresa. Vendeu parte das ações e dedica-se à montagem de negócios próprios e a investir em projectos de terceiros. "O que me motiva é criar coisas novas e não a gestão do dia-a-dia", justifica Paulo Andrez. Francisco Banha, presidente da angariadora de capital de risco Gesventure, tem a contabilidade e auditoria como actividade principal, mas é também fundador do mais antigo clube de 'business angels' (1999) e, provavelmente, a personalidade mais persistente no fomento do empreendedorismo em Portugal. Os dois empresários são dos poucos a assumirem-se como 'business angels'. Francisco Banha já investiu numa empresa informática madeirense e numa panificadora alentejana. Paulo Andrez tem em carteira uma empresa de tecnologias para painéis solares e uma mediadora imobiliária. "Ainda não há Amazon's", afirma Francisco Banha (na foto). Ou seja, não há casos de sucesso que tenham

efeito demonstrador como aconteceu nos Estados Unidos. Por outro lado, não há reconhecimento ou prestígio social, também importante para fazer surgir mais 'business angels'. No entanto, o empresário diz que o ambiente está a mudar. As universidades, as câmaras, o IAPMEI começam a dinamizar o aparecimento de projectos e, na terça-feira, no 8º encontro anual de capital de risco promovido pela Gesventure, nascerá a primeira federação nacional para agregar os clubes de 'BA' que estão a aparecer em vários pontos do país. **G.S.**

Francisco Banha,
presidente
da Gesventure.



Capital mínimo dos fundos revisto

A proposta da CMVM contempla outras alterações igualmente destinadas a fomentar "um ambiente mais empreendedor e profissional e simultaneamente criar condições para que o capital de risco assuma em Portugal uma dimensão idêntica àquela que adquiriu na generalidade dos países mais desenvolvidos da OCDE", justifica a entidade reguladora. A mais polémica das medidas é a revisão em alta (de um milhão de euros para 2,5 milhões) do capital mínimo dos fundos. Mário Pinto, presidente da associação do sector (APCRI) diz que a gestão de fundos de pequena dimensão não é eficiente. Uma posição contestada por Francisco Banha e Paulo Andrez, dois empresários com perfil de 'business angels'. O presidente da Gesventure, Francisco Banha, considera que a subida trava a actividades destes pequenos investidores. Aliás, Paulo Andrez, diz que a medida vai comprometer a eficácia do Programa Finicia, do IAPMEI, destinado a criar plataformas locais de empreendedorismo, algumas das quais geradoras de fundos de investimento de pequenas dimensão.

Outra das novidades é a hipótese de criar fundos de capital de risco. "Passa a ser possível investir até 33% do activo (da SCR ou do FCR) em unidades de participação de fundos geridos por terceiras SCR, fomentando-se o estabelecimento de participações cruzadas", refere a proposta. A medida é visto como "um ganho de flexibilidade" pelo presidente da Associação Portuguesa de Capital de Risco (APCRI). Mário Pinto, também presidente da Change Partners SCR, prefere destacar a importância da proposta que permite a entrada de investidores individuais para os fundos, desde que invistam pelo menos 250 mil euros. Até agora, o acesso estava limitado a empresas. Em contrapartida, o gestor questiona as limitações que a CMVM quer introduzir às SCR na concessão de crédito às participadas. ■ **G.S.**